



FUNDADA EM 1882

# RELATÓRIO E CONTAS 2015

## ÍNDICE:

---

Orgãos Sociais	2
Relatório	3
Contas	6
Anexo	10
Parecer do Definitório	21

## ORGÃOS SOCIAIS

### ASSEMBLEIA- GERAL

Manuel Jorge Gonçalves de Oliveira

**Presidente**

Ivone Maria Ferreira Soares Alvim Braga

**1º Secretário**

Carla Maria Monteiro Soares Alvim Braga

**2º Secretário**

### MESA ADMINISTRATIVA

Álvaro José da Costa Fraga Pereira

**Provedor**

Carlos Manuel Ribeiro Soares Braga

**Vice-Provedor**

Regina Maria Andrade Pereira

**Secretário**

Manuel Alves

**Tesoureiro**

Eduardo Jesus Durán Ferreira

**Vogal**

Manuel José Reis Vaz

**Vogal**

Felipe Joaquim Neves de Barros

**Vogal**

### DEFINITÓRIO

† Álvaro Carlos de Sampaio e Silva

**Presidente**

Miguel Maria Bragança da Cunha Osório Araújo

**Vogal**

Pedro Nuno de Lima Ferreira

**Vogal**

RELATÓRIO DA  
MESA  
ADMINISTRATIVA

Caros Associados:

Dando cumprimento ao preceituado na alínea b) do nº 2 do artigo 17º dos Estatutos, a Mesa Administrativa submete à apreciação e votação o Relatório e Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro 2015.

1. O Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2015 aprovado em Assembleia-Geral, deu início a um novo ciclo correspondente a um novo triénio eleitoral e na sequência dos três anteriores planos que obedeceram a uma profunda reflexão estratégica, explanada e vertida em Assembleia-Geral com consequentes aprovações por unanimidade.

Em síntese, a estratégia foi conducente à efectivação da reabilitação de património imobiliário que permitisse, para além dessa reabilitação e reconversão dos activos tangíveis, a perspectiva de gerar rendimento mensal para fazer face às despesas correntes.

A recuperação dos edifícios situados na Rua da Boavista, 713 e Largo do priorado, 76 em alojamentos locais aqueloutro já em funcionamento e este em apontamentos finais; a rendibilização do edifício da Rua de São Miguel, 18-20 com a respectiva alinação ao Centro Social e Paroquial da Nossa senhora da Vitória; a recuperação dos dois pavimentos intermédios do Palacete e respectivos arranjos exteriores e a reconversão de parte do Palácio dos Serviços em funções turísticas de alojamento permitirão a concretização da estratégia sustentada.

O processo encontrado para o financiamento destas operações foi com recurso aos Capitais Próprios da Instituição.

Esta Missão assentou no pressuposto de perpetuar a Associação, de a transformar adaptada aos novos tempos da mudança social, ajustada às suas necessidades e possibilidades de intervenção social.

Continuamos a ter a convicção que essa Missão vem sendo conseguida na assumpção dos compromissos havidos, na idónea convivência entra indivíduos e nas respeitosas relações com as autoridades públicas e políticas.

Foram igualmente observadas e, em continuação, todas as intenções quanto aos Pleitos que visam devolver à Associação a dignidade e a restituição dos danos financeiros provocados no seu património de rendimento.

Nesta ordem de considerações, ideias e substancia pragmática a Mesa Administrativa propõe à Assembleia-Geral para apreciação e votação as Contas relativas ao exercício do ano 2015 cujo o resultado liquido foi de 26.114,96€. E, em consequência positiva dessa votação que esse resultado seja contabilisticamente colocado em Resultados Transitados.

Porto e AHCMP, 3 de Março 2016

**Mesa Administrativa**

---

CONTAS

**BALANÇO EM 31.12.2015**

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	2.322.442,23	1.930.601,14
		<u>2.322.442,23</u>	<u>1.930.601,14</u>
<b>ATIVO CORRENTE</b>			
Outros ativos financeiros		8.654,58	8.654,58
Caixa e depósitos bancários	4	613.609,24	936.095,59
		<u>622.263,82</u>	<u>944.750,17</u>
<b>Total do ATIVO</b>		<b>2.944.706,05</b>	<b>2.875.351,31</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos		2.207.167,92	2.207.167,92
Reservas		6.832,66	6.832,66
Resultados transitados		519.135,81	515.970,00
		<u>2.733.136,39</u>	<u>2.729.970,58</u>
Resultado líquido do período		26.114,96	3.165,81
<b>Total do fundo de capital</b>	<b>DAFP</b>	<b>2.759.251,35</b>	<b>2.733.136,39</b>
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>			
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Fornecedores		855,75	
Estado e outros entes públicos	8	1.438,88	980,64
Outras contas a pagar	12	183.160,07	141.234,28
		<u>185.454,70</u>	<u>142.214,92</u>
<b>Total do Passivo</b>		<b>185.454,70</b>	<b>142.214,92</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do Passivo</b>		<b>2.944.706,05</b>	<b>2.875.351,31</b>

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

Vasco Barbedo



**Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2015**

	Notas	2015	2014
Vendas e serviços prestados	7 +	312,00	688,00
Subsídios, doações e legados à exploração	7 +		
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-		
Fornecimentos e serviços externos	9 -	95.811,74	63.559,86
Gastos com pessoal	13 -	49.086,81	47.507,72
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-		
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-		
Provisões (aumentos/reduções)	-		
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-		
Outras imparidades (perdas/reversões)	-		
Aumentos/Reduções de justo valor	-		
Outros rendimentos e ganhos	10 +	177.885,09	122.836,64
Outros gastos e perdas	11 -	7.183,58	9.291,25
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>26.114,96</b>	<b>3.165,81</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-		
Imparidade de investimentos	-		
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>26.114,96</b>	<b>3.165,81</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	+		
Juros e gastos similares suportados	-		
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>26.114,96</b>	<b>3.165,81</b>
Imposto sobre rendimento do período	-		
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>26.114,96</b>	<b>3.165,81</b>

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

Vasco Barbedo

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2014

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos fundos patrimoniais
		Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014</b>	<b>1</b>	2.207.167,92	6.832,66	515.970,00		2.729.970,58
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						
	<b>2</b>					
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3</b>				3.165,81	3.165,81
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	<b>4=2+3</b>				3.165,81	3.165,81
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>						
Fundos						
Subsídios, doações e legados						
Outras operações						
	<b>5</b>					
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014</b>	<b>6=1+2+3+5</b>	2.207.167,92	6.832,66	515.970,00	3.165,81	2.733.136,39

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2015

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015</b>	<b>1</b>	2.207.167,92		519.135,81		2.733.136,39
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						
	<b>2</b>					
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3</b>				26.114,96	26.114,96
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	<b>4=2+3</b>				26.114,96	26.114,96
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>						
Fundos						
Subsídios, doações e legados						
Outras operações						
	<b>5</b>					
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015</b>	<b>6=1+2+3+5</b>	2.207.167,92		519.135,81	26.114,96	2.759.251,35

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

Vasco Barbedo

ANEXO

## **1 Identificação da entidade:**

A Associação do Hospital de Crianças Maria Pia, fundada em 1882 e com sede na Rua da Boavista, 863, na cidade do Porto, é dotado do estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, tem especialmente por fim geral e permanente dar expressão ao dever moral de justiça e solidariedade.

## **2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

2.1 As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pela normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, que faz parte integrante do Sistema de Normalização contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Instituição, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística “SNC”, antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações que a Instituição se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Instituição e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 114/2011, de 14 de março, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2 Não foram derrogadas disposições do SNC.

### 3 Principais políticas contabilísticas

#### 3.1 Bases de Mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

##### a) Activos Fixos Tangíveis

No âmbito do processo de transição para o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo, a Instituição procedeu à reconciliação do património imobiliário, da qual é titular, com os seus registos contabilísticos, cadastro do imobilizado e correspondentes informações provenientes das autoridades tributárias relativamente ao património da Instituição, nomeadamente no que diz respeito aos imóveis detidos.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após 1 de Janeiro de 2012 encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Cada parte de um item do activo fixo tangível é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes activos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes activos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspecções importantes são incluídos na quantia escriturada do activo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação/retirada, sendo registadas na demonstração de resultados como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

#### Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

Ativos Tangíveis	Vida Útil	Taxa de Amortização
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios	50	2,00%
Outras construções	20	5,00%
Equipamento básico	8	33,33%
Equipamento administrativo	3	33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	5	20,00%

#### b) Imparidade de activos

A Instituição avalia, à data do balanço, se há algum indício de que um activo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor do uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

Após reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do activo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do activo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

#### c) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Instituição tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso da disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a Instituição tenha em curso acção judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido, eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos no período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efectiva do crédito, deduzidas directamente nas contas correntes.

#### d) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração

#### e) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de

alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no activo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no activo não corrente.

#### f) Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

#### g) Rédito

O rédito relativo a vendas, prestação de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da actividade ordinária da Instituição, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflecte eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas facturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a Instituição e os custos incorridos ou a serem referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestações de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção (método da percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não puder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha recta.

#### h) Subsídios

Os subsídios são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à Exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

i) Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal incluem salários, ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela mesa administrativa. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes são reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

j) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são reflectidos nas demonstrações financeiras da Instituição. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

k) Impostos sobre o rendimento

A Instituição encontra-se isenta de imposto sobre o Rendimentos de Pessoas Colectivas em relação às categorias de rendimentos comerciais e industriais (no âmbito dos seus fins estatutários).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Deste modo as declarações fiscais da Instituição, dos anos de 2012 a 2015, poderão ainda ser sujeitas a revisão.

A mesa administrativa da Irmandade entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 2014.

### 3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes:

a) Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método directo. A Instituição classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de activos.



Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

### 3.3 Juízos de valor que a mesa administrativa fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras e de acordo com as NCRF, a mesa administrativa da Instituição utiliza estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros factores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva.

### 3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### 3.5 Principais fontes de incerteza:

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras reflectem a evolução previsível da Instituição no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalente de outras instituições, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos activos e passivos no próximo período.

#### 4 Fluxos de Caixa

a) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

	31.12.2015	31.12.2014
<b>Caixa:</b>		
Caixa - Euro	494,52 €	527,70 €
	<b>494,52 €</b>	<b>527,70 €</b>
<b>Depósitos bancários:</b>		
Depósitos à ordem - Euro	13.114,72 €	35.567,89 €
Depósitos a prazo - Euro	600.000,00 €	900.000,00 €
	<b>613.114,72 €</b>	<b>935.567,89 €</b>
<b>TOTAL CAIXA E DEPOSITOS BANCÁRIOS</b>	<b>613.609,24 €</b>	<b>936.095,59 €</b>

#### 5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No período corrente não existiu qualquer alteração de políticas contabilísticas, nem foram identificados erros materiais de períodos anteriores que tenham impacto nas demonstrações financeiras do período.

#### 6 Activos fixos tangíveis

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

	2015				TOTAL
	Outros ativos fixos tangíveis				
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. admin.	
<b>QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:</b>					
Saldo em 31.12.2014	576.111,57 €	3.865.759,68 €	250.610,36 €	156.325,05 €	4.848.806,66 €
Adições		391.726,09 €		115,00 €	391.841,09 €
Alienações		-52.373,78 €			-52.373,78 €
Retiradas					
Ativos detidos p/venda					
Transferências					
Saldo em 31.12.2015	576.111,57 €	4.205.111,99 €	250.610,36 €	156.440,05 €	5.188.273,97 €
<b>DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS</b>					
Saldo em 31.12.2014		2.517.316,41 €	249.569,45 €	151.319,66 €	2.918.205,52 €
Adições					
Alienações		-52.373,78 €			-52.373,78 €
Saldo em 31.12.2015		2.464.942,63 €	249.569,45 €	151.319,66 €	2.865.831,74 €
<b>QUANTIA ESCRITURADA</b>	<b>576.111,57 €</b>	<b>1.740.169,36 €</b>	<b>1.040,91 €</b>	<b>5.120,39 €</b>	<b>2.322.442,23 €</b>

## 7 Rédito

### a) Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito

**Prestações de Serviços** – são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;

**Juros** – são reconhecidos utilizando o método do juro efectivo;

### b) Quantia de cada categoria de rédito reconhecida durante o período:

	2015	2014
Quotas dos Irmãos	312,00 €	688,00 €
Outros rendimentos	159.241,23 €	92.842,19 €
Juros	18.549,83 €	29.880,65 €
Dividendos	94,03 €	113,80 €
<b>TOTAL</b>	<b>178.197,09 €</b>	<b>123.524,64 €</b>

## 8 Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” em 31 de Dezembro 2015 é o seguinte:

	31.12.2015	31.12.2014
Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	613,88 €	488,20 €
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00 €	0,00 €
Contribuições para a Segurança Social	825,00 €	492,44 €
Fundo de Compensação do Trabalho	0,00 €	0,00 €
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>1.438,88</b>	<b>980,64</b>

## 9 Fornecimentos e serviços externos

	2015	2014
<b>Serviços especializados</b>		
Trabalhos Especializados	25.628,45 €	20.359,54 €
Publicidade e propaganda	147,60 €	718,32 €
Vigilância e Segurança	98,40 €	
Honorários	2.656,80 €	6.740,35 €
Conservação e Reparação	2.743,75 €	1.071,52 €
Serviços Bancários	406,22 €	237,29 €
Outros Serviços Especializados	272,15 €	401,14 €
<b>Materiais</b>		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.445,09 €	355,91 €
Livros e documentação técnica	1,30 €	
Material de Escritório	2.048,22 €	1.152,93 €
Artigos para oferta	224,40 €	
Outros	5.522,87 €	316,49 €
<b>Energia e fluídos</b>		
Eletricidade	13.344,61 €	9.636,86 €
Combustíveis	4.154,07 €	3.394,34 €
Água	1.390,42 €	1.591,83 €
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>		
Deslocações e estadas	14,40 €	1.514,86 €
Outros	4.421,69 €	1.602,85 €
<b>Serviços Diversos</b>		
Comunicação	7.397,03 €	3.240,85 €
Seguros	5.581,63 €	3.853,05 €
Contencioso e Notariado	7.587,88 €	472,99 €
Despesas de Representação	9.594,90 €	6.515,71 €
Limpeza, Higiene e Conforto	687,84 €	118,31 €
Outros Serviços	442,02 €	264,72 €
<b>TOTAL</b>	<b>95.811,74 €</b>	<b>63.559,86 €</b>

**10 Outros rendimentos e ganhos**

	2015	2014
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	125.250,00 €	
Correções relativas a períodos anteriores		39.000,67 €
Restituição de impostos	26.324,67 €	53.592,84 €
Outros	7.666,56 €	248,68 €
Juros de depositos bancários	18.549,83 €	29.880,65 €
Dividendos	94,03 €	113,80 €
<b>TOTAL</b>	<b>177.885,09 €</b>	<b>122.836,64 €</b>

**11 Outros gastos e perdas**

	2015	2014
Correções relativas a períodos anteriores	43,58 €	
Quotizações	140,00 €	165,00 €
Apoios financeiros concedidos	7.000,00 €	9.100,00 €
Outros		26,25 €
<b>TOTAL</b>	<b>7.183,58 €</b>	<b>9.291,25 €</b>

**12 Outras contas a receber e a pagar**

	31.12.2015	31.12.2014
Fornecedores de Investimentos	181.958,53	141.234,28
	<b>181.958,53</b>	<b>141.234,28</b>

**13 Gastos com o pessoal**

	2015	2014
<b>Pessoal</b>		
Remunerações	43.943,68 €	43.953,68 €
Encargos sociais	4.798,50 €	3.554,04 €
Seguro acidentes trabalho	344,63 €	0,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>49.086,81</b>	<b>47.507,72</b>

Porto e AHCMP, 31 de Dezembro 2015

	Mesa Administrativa
Contabilista Certificado	
Vasco Barbedo	

PARECER DO  
DEFINITÓRIO



Após a análise às Contas relativas ao ano 2015, o Definitório verifica que entre os anos 2014 e 2015 existe uma diminuição do capital aplicado em depósitos a prazo, que se justifica pelo investimento nas obras de remodelação e adaptação do património imobiliário correspondente aos Activos Corpóreos da Instituição.

Contudo, aconselha que o Resultado do Exercício relativo ao ano 2015 seja transferido para Resultados Transitados.

Em nota, o Definitório não pode deixar de referir que, neste momento, não se encontram condições maioritárias de exercer outro Parecer.

O Definitório

Porto, 4 de Março 2016